

# Configurações e marcas da Península Ibérica na colonização brasileira segundo Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda

Eduardo Girão Santiago  
Universidade Federal do Ceará

## 1. Introdução

A Península Ibérica, ao longo da história já foi denominada de Ibéria, pelos gregos; Hispania, pelos romanos; Al-Andalus, pelos árabes e Sefarad pelos hebreus. Após a expulsão dos visigodos pelos francos, por volta de 711 inicia-se a invasão muçulmana na Península Ibérica, também denominada conquista árabe ou conquista muçulmana. Estes povos, também chamados de mouros e que governaram por quase oitocentos anos vasta extensão territorial da Península eram provenientes da região do Saara Ocidental e da Mauritânia. Depois de renhidas lutas contra os invasores árabes, em 1139, ocorreu a legendária vitória dos nativos da Península Ibérica contra os mouros, na batalha de Ourique. Seu líder, D. Afonso Henriques afirma-se e é aclamado rei de Portugal, com o valioso apoio dos nobres portugueses. Nascia, assim, o Reino de Portugal e a sua primeira dinastia e Casa Real: os Borgonha.

D. Afonso I estabeleceu importantes relações de aproximação com a Igreja, inclusive declarando Portugal tributário da Santa Sé. Mais tarde, em 1179, o papa Alexandre III, através da Bula *Manifestis Probatum*, reconhece Portugal como país independente e soberano protegido pela Igreja Católica. Com o estabelecimento do Reino de Portugal em 1139, cuja independência foi reconhecida em 1143, e a estabilização das fronteiras com a Espanha, em 1249, Portugal reclama o título de mais antigo Estado-nação europeu.

Em suma, com o processo de reconquista dos territórios pelos cristãos que se refugiaram no norte da Península, a Al-Andalus foi diminuindo cada vez mais o território sob ocupação árabe-muçulmana, ocasionando que as fronteiras fossem progressivamente empurradas para o sul, até a tomada de Granada pelos reis católicos.

Este breve intróito objetiva trazer à tona, neste ensaio, as heranças mouriscas e judaicas dos portugueses habitantes da Península Ibérica descritas pelo pensador brasileiro Gilberto Freyre, correspondendo, também, a todo um processo cultural e de miscigenação que favoreceu a adaptação dos portugueses colonizadores nas aventuras dos descobrimentos nos trópicos americanos.

Para este autor, trata-se de um fator positivo que favoreceu a tese da tolerância racial e simbiose cultural e, por consequência, foi extremamente funcional para o processo colonização e interação da Casa Grande e da Senzala. Por outro lado, na ótica de Sérgio Buarque de Holanda, do qual nos ocuparemos adiante, as idiosincrasias permanentes dos habitantes da Península Ibérica constituíram-se fatores nefastos à colonização

brasileira empreendida pelos lusitanos. Portanto, tratar e comentar criticamente estas abordagens teóricas será a temática central deste trabalho.

## **2. Gilberto Freyre e o “Equilíbrio de Antagonismos” Dominante na Configuração da Península Ibérica e da Colônia Brasileira**

Segundo Lemenhe são visíveis as apreciações e designações positivas do colonizador português na obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre: “criador”; “fundador”; “portador de energia vital”, “firmeza de caráter”, “capacidade de organização”, dentre outras. (cf. Lemenhe 2001:35). Para ela, Freyre nos chama a atenção para o fato da singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, decorrente do “seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África.”

A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarina quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao Cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo (Freyre. 1978:5).

Ao analisar as características gerais da colonização portuguesa no Brasil, o autor em evidência focará o perfil do português conquistador da Terra de Santa Cruz. Para ele, nem o constante estado de guerra entre cristãos e muçulmanos impediu a miscigenação nem a atração sexual entre as raças beligerantes, muito menos o mútuo processo de absorção cultural dessas etnias.

O pensador brasileiro enfatiza a alternância das hegemonias e subserviências que perpassaram, por séculos, as culturas cristãs e mouras. Destaca, como exemplo, o incidente dos sinos de Santiago de Compostela, transportados para a mesquita de Córdoba às costas dos cristãos feitos escravos pelos mouros para, séculos depois serem reconduzidos à Galiza nos ombros escravos dos mouros...

Tal estado de coisas reflete uma tendência geral na análise freyreana acerca das origens portuguesas na Península, onde se percebe um “equilíbrio de antagonismos”, ou um “bambo equilíbrio de antagonismos”, impregnando o comportamento frouxo de flexibilidades e hesitações e uma especial riqueza de aptidões dos portugueses (cf. Freyre 1978: 6).

Evocando observações transcritas de Alexandre Herculano sobre a população portuguesa, o “filósofo de Apipucos” assim a descreve: “População indecisa no meio dos dois bandos contendores [nazarenos e maometanos], meia cristã, meia sarracena, e que em ambos contava parentes, amigos, simpatias de crenças ou de costumes”(Freyre, 1978: 6).

Valendo-se de Ferraz de Macedo, Freyre informará outros atributos da lusitanidade: a “genesia violenta”, o “gosto pelas anedotas de fundo erótico”, o “brio, a franqueza, a lealdade”, a “pouca iniciativa individual”, “o patriotismo vibrante”, a “imprevidência”, “a inteligência”, “o fatalismo” “a primorosa aptidão para imitar”.

Buscando explicações plausíveis para os antagonismos no caráter português, o autor de *Casa Grande & Senzala* destacará a opinião de Eça de Queirós, retratada no seu personagem Gonçalo Ramires e que constitui a síntese do português de qualquer classe ou condição, seja desde em Ceuta, da Índia, da descoberta e da colonização do Brasil:

[...] cheio de fogachos e entusiasmos que acabam logo em fumo”, mas persistente e duro “quando se fila à sua idéia”; de “uma imaginação que o leva [...] a exagerar até a mentira” e ao mesmo tempo de um “espírito prático sempre atento à realidade útil”; de uma “ vaidade”, de “uns escrúpulos de honra”, de “um gosto de se arrebeicar, de luzir” que vão quase ao ridículo, mas também de uma grande “simplicidade”; melancólico ao mesmo tempo que “palrador, sociável”; generoso, desleixado, trapalhão nos negócios; vivo e fácil em “compreender as coisas”: sempre à espera de “algum milagre, do velho Ourique que sanará todas as dificuldades”; “desconfiado de si mesmo, acovardado, encolhido, até que um dia se decide e aparece um herói (Freyre. 1978: 7).

Mobilidade e miscibilidade parecem ter sido, na ótica de Freyre, os elementos vitais que predestinaram o povo lusitano o legado das conquistas territoriais na Ásia, África, América, além de ilhas e arquipélagos. Quanto à mobilidade, indaga Freyre: como pôde um Portugal despovoado, abalado por epidemias e fome na idade Média ter “conseguido salpicar virilmente do resto do seu sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias”? (Freyre,1978: 8). A mesma indagação foi formulada por J. Capistrano de Abreu, sabendo da diminuta população do Reino, em torno de um milhão e cento e cinquenta mil almas, no ano de 1527: “Com este pessoal exíguo, que não bastava para enchê-lo, ia Portugal povoar o mundo. Como conseguiu-lo sem atirar-se à mestiçagem?” (Abreu, 1978:28).

Quanto à miscibilidade, Gilberto Freyre afirma que, dos colonizadores modernos nenhum se igualou aos portugueses:

Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa para a colonização em larga escala. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercurso social e sexual com raças de cor, invasoras ou vizinhas da Península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artística, à dos cristãos louros (Freyre. 1978:9).

Em geral, as sociedades coloniais de gênese portuguesa foram híbridas, principalmente no Brasil, onde despontaram notáveis iniciativas como as bandeiras, o estabelecimento

da agricultura, a forma de catequese, as guerras contra os invasores franceses e ingleses, viabilizados pelo elemento miscigenado e adaptado à etnia indígena. Em resumo, o sociólogo brasileiro afirma, de forma categórica, que os portugueses foram exitosos porque fundaram “a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência”, empreitada aonde os outros europeus falharam. (Freyre, 1978:12).

Convém assinalar, entretanto, que o pensador em destaque reafirma que o elemento central, de fundo religioso, mas de significativo resultado político na colonização dos trópicos foi a saga da catequese e da imposição do Cristianismo. Para ele, o que prevaleceu na América foi o mesmo processo de unificação da Península: cristãos contra infiéis. “Nossas guerras contra os índios nunca foram guerras de branco contra peles-vermelhas, mas de cristãos contra bugres”. O sentido da hostilidade aos ingleses, franceses e holandeses assumiu um “caráter de profilaxia religiosa: católicos contra hereges”. (Freyre, 1978: 192).

Por todas as razões relacionadas à mobilidade, à miscibilidade e à aclimatação até aqui apontadas é que Freyre assegura que o português conseguiu vencer as condições climáticas e do solo não favoráveis ao seu estabelecimento nos trópicos. Adicione-se a estes fatos a ação catequética dos Jesuítas na colônia, eivada de rituais de origem africana. É provável, para o pensador pernambucano, que nos *Exercícios Espirituais* dos Jesuítas, versando sobre temas místicos e concepções vivenciais de céu, purgatório ou inferno, ao alcance dos sentidos, tenham-se aproximado os missionários da Companhia de Jesus de alguns rituais muçulmanos. ( cf. Freyre 1978:53).

Ao longo da narrativa de *Casa Grande & Senzala*, há variadas menções aos muçulmanos. Aqui, cabe destacar a contribuição laboral e cultural dos mouros que repercutiu, sobremaneira, na colonização brasileira. Graças ao seu trabalho, a autocolonização agrária se viabilizou, mercê da combinação de grandes propriedades com o trabalho servil, prática adotada quando da colonização nas terras da América dos trópicos.

No que concerne aos aspectos culturais e tecnológicos, Freyre destaca que a invenção da picata ou da cegonha (máquina simples e primitiva de se retirar água dos poços) foi obra dos mouros. Da mesma forma, as técnicas básicas de irrigação, a introdução do moinho de água ou azenha, consideradas prelúdios do futuro engenho colonial brasileiro para moagem da cana-de-açúcar. (cf. Freyre 1978:211).

Muitos foram os aspectos culturais, morais e materiais herdados dos filhos de Alá transmitidos pelos portugueses no decorrer da colonização brasileira. Dentre alguns, “a doçura no tratamento dos escravos”, o “ideal da mulher gorda e bonita de que tanto se impregnaram as gerações coloniais e do Império”, “o gosto dos voluptuosos banhos de gamelas ou de canoa”, “o gosto da água corrente cantando nos jardins das casas-grandes”. Tudo isso sem falar nos costumes de as mulheres brasileiras da colônia, nos séculos XVI, XVII e XVIII cobrirem os rostos durante as missas, prática normal das mulheres muçulmanas. Enfim, a arte dos azulejos, utilizados a gosto nas nossas igrejas, conventos, chafarizes e banheiros; as janelas quadriculadas ou em xadrez e as paredes grossas, além das boas práticas de higiene dos filhos do Profeta. (cf. Freyre 1978:221-222).

Ainda na perspectiva do “bambo equilíbrio de antagonismos” gestado na Península Ibérica, o ensaísta brasileiro enfocará a convivência dos portugueses com os judeus. De saída, afirmará que tal intercâmbio, semelhante ao que aconteceu com a cultura

mourisca agiu, também, no sentido “deseuropeizante”. Mesmo quando estas relações se “avermelharam em conflito” não foram ocasionadas por questões de pureza de raça, mas de pureza de fé. Diz mais o intelectual pernambucano:

Em essência, o problema do judeu em Portugal foi sempre um problema econômico criado pela presença irritante de uma poderosa máquina de sucção operando sobre a maioria do povo, em proveito não só da minoria israelita como dos grandes interesses plutocráticos. Interesses de reis, de grandes senhores e de ordens religiosas. Técnicos da usura, tais se tornaram os judeus em quase toda parte por um processo de especialização quase biológica que lhes parece ter aguçado o perfil de ave de rapina, a mímica em constantes gestos de aquisição e de posse, as mãos em garras incapazes de semear e criar. Capazes só de amearhar. (Freyre. 1978: 226).

Com todos estes atributos nada apreciáveis, Freyre informa que “ o sangue da melhor nobreza em Portugal mesclou-se com a plutocracia hebréia pelo casamento de fidalgos ameaçados de ruína com filhas de agiotas ricos.”(Freyre, 1978:227). O próprio Estado português permutou a proteção aos filhos de Israel pelas largas taxas de impostos para bancar a sua opulência. Inclusive para financiar a expansão do imperialismo português. Conta-nos o sociólogo de Apipucos que a marinha mercante portuguesa desenvolveu-se em grande parte por meio de impostos especiais recolhidos dos judeus relativos a cada navio construído e lançado ao mar. ( cf. Freyre 1978:228).

A leitura atenta de *Casa Grande & Senzala*, no que toca à historiografia dos hebreus da Península, sugere que a aversão dos mesmos ao trabalho manual e o seu apego para viver à custa do trabalho escravo deve ter influenciado bastante o português. É sabido que os judeus da Península foram exímios negociantes de escravos, além de prósperos agiotas. Ademais, informa-nos Freyre, a forte característica dos descendentes de Israel de exercerem profissões liberais, lastreada nas suas tradições “sefardínicas de intelectualismo”.

Este intelectualismo, traduzido pelo excesso de “bacharelismo”, praticado pelos hebreus na Península, concomitantemente ao acentuado mercantilismo teve profundas repercussões no Brasil, principalmente no que se refere a um misticismo jurídico personificado “por anel no dedo, com rubi ou esmeralda, do bacharel ou do doutor brasileiros”, muitas vezes complementado pelo marcante uso dos óculos picinê.

O “bambo equilíbrio de antagonismos”, enquanto configuração que norteou o caldo cultural da Península releva outro fato interessante em relação aos nomes e apelidos transmutados e utilizados pelos judeus. A despeito de toda uma diferenciação das etnias judaica e cristã, em termos do exercício da fé religiosa, Dom Manuel I facilitou aos cristãos-novos a naturalização e a aristocratização de seus nomes de família. É sabido que, aos que se “converteram ao cristianismo” tiveram a faculdade de tomarem apelidos de linhagem que quisessem sem nenhuma pena. A este respeito, conclui o filósofo de Apipucos: “Tudo isso nos mostra como, mesmo no caso judeu, foi intensa a mobilidade e livre a circulação por assim dizer de uma raça a outra; e, linearmente, de uma classe a outra. De uma a outra esfera”. (Freyre, 1978:230).

Sintetizando tudo o que aqui pinçamos de Freyre, convém destacar, antes de iniciarmos o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, o cerne do pensamento freyreano sobre o equilíbrio das contradições:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O penambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas, predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (Freyre. 1978:53).

### **3. Idiosincrasias da Península Ibérica: heranças e permanência na colônia brasileira segundo Sérgio Buarque de Holanda**

A despeito da convergência de alguns pontos de vista entre os dois intérpretes do Brasil, convém assinalar, de antemão, que Sérgio Buarque de Holanda não só rompe com o ensaísmo de Gilberto Freyre, mas embota o seu entusiasmo ufanista em termos da bem-sucedida colonização brasileira, oriunda da Península Ibérica. Assim, já no primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*, intitulado “ Fronteiras da Europa”, ele destaca o fato negativo de termos adotado as formas de convívio, as nossas idéias e a essência das nossas instituições dos países distantes, em ambiente desfavorável e hostil, acarretando, hoje, o fato de sermos “desterrados em nossa terra”. (cf. Holanda 1995:31).

O essencial no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, no que concerne às origens da colônia brasileira, foi a implantação de uma cultura européia advinda da Península Ibérica nos trópicos, num ambiente diferente de sua tradição. A nossa cultura, a constituição das instituições brasileiras, as idéias e as próprias formas de convívio vieram de outras paragens e não se adaptaram aos trópicos. (cf. Reis 2001:122).

É importante registrar o pensamento deste autor, a partir da interpretação de Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*, sobre as nossas origens ibéricas:

O mundo que o português criou não interessa ao Brasil, que deve criar o seu próprio mundo e que, para fazê-lo, terá de romper com o seu passado português. A crise brasileira dos anos 1930, aliás, a eterna crise brasileira, foi criada já em Portugal no século XVI. Não é a miscigenação o nosso mal; o nosso mal é a nossa herança portuguesa. Infelizmente, segundo ele, a miscigenação não nos diferenciou tanto assim do português. É por isso que ele se refere tão pouco a índios e negros: estes não foram tão eficazes sobre a história do Brasil ou pelo menos o suficiente para contrabalançar a eficácia portuguesa. Esta foi quase absoluta, infelizmente, para os brasileiros. O Brasil é

mais português do que gostaríamos que fosse. Somos sobretudo *neoportugueses* e devemos nos tornar pós-portugueses, isto é, brasileiros (Reis. 2001: 122).

Se Freyre acentua a Península Ibérica como espaço diferenciado do conjunto da Europa, por variadas razões aqui já referidas, dentre as quais inclui a formação de uma amálgama constitutiva da lusitanidade que impregnará, no porvir, a colônia brasileira, Holanda dirá, também, que Espanha e Portugal, sendo uma zona fronteiriça, de transição e de menos homogeneidade européia irão consolidar algumas características próprias.

A partir desta asserção, adverte que, comparados aos vizinhos da Península, os povos portugueses e espanhóis desenvolveram, de forma acentuada a cultura do personalismo:

Pode dizer-se, realmente, que pela importância particular que atribuem ao valor próprio em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes...- e as virtudes soberanas para essa mentalidade são tão imperativas, que chegam por vezes a marcar o porte pessoal e até a fisionomia dos homens. Sua manifestação mais completa já tinha sido expressa no estoicismo que, com pouca corrupção, tem sido a filosofia nacional dos espanhóis desde o tempo de Sêneca. (Holanda. 1995: 32).

Sérgio Buarque de Holanda assevera que é da concepção há pouco referida que resulta a “singular tibieza” das diversas formas de organização dos povos ibéricos. Para ele, em terras onde todos ascendem à nobreza e são barões não é possível “acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”. (Holanda, 1995:32). Ainda neste diapasão de crítica, refere-se à frouxidão da estrutura social transplantada da Península para o Brasil que culminou com os elementos anárquicos que frutificaram na colônia, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e dos costumes nacionais.

Holanda relata que os portugueses e espanhóis nunca se sentiram à vontade no mundo onde o mérito e a responsabilidade individuais não encontrassem pleno reconhecimento. Destarte, essa mentalidade se tornou o principal obstáculo para que estes povos desenvolvessem o espírito da organização espontânea, características dos países protestantes, sobretudo os calvinistas.

A par desta afirmação, argumentará que, nas nações ibéricas, que não adotaram essa racionalização no seu dia-a-dia, o princípio unificador foi sempre corporificado pelos governos. Como decorrência, permanentemente predominou um tipo de organização artificialmente mantida por uma força exterior, que, “nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares.”(Holanda, 1995:38).

O estudo da anatomia sociocultural da Península, encetado por este autor apresenta facetas interessantes, porque respingaram fortemente na colônia brasileira. Assim é que, uma destas características psicológicas diz respeito à “invencível repulsa” que marcou

toda moral fundada no culto ao trabalho. A autor de *Raízes do Brasil* chega mesmo a admitir que nunca foi comum entre a gente hispânica a moderna religião do trabalho e o exercício da atividade utilitária. (cf. Holanda 1995:38)

Em decorrência disso, a ociosidade de portugueses e espanhóis sempre pareceu mais nobre e adequada do que a luta permanente pelo ganho do pão. Para estes povos, importava mesmo era a vida de grandes senhores, sem grandes preocupações e desprendimento de esforço, de trabalho. Holanda entende que, enquanto os protestantes preconizam uma ética do trabalho, do esforço manual, os habitantes da Península adotam, fartamente, práticas da Antiguidade clássica. Em outras palavras: “predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor”. (Holanda, 1995: 38).

Na ausência da moral do trabalho, frutificou, evidentemente, uma baixa capacidade de organização social. Uma débil concepção de solidariedade, que somente existiria onde houvesse vinculação de sentimentos sobrepujando as relações de interesse, quer no ambiente doméstico ou quer entre amigos. Ora, tudo isso constitui um quadro distorcido, porque Holanda reconhece que o esforço anônimo, humilde e desprendido “é agente poderoso da solidariedade dos interesses, e como tal, estimula a organização racional dos homens e sustenta a coesão entre eles”. (Holanda, 1995: 39).

A transmutação do *DNA* ibérico para as terras brasileiras vem carregada pela “autarquia do indivíduo”, pela “exaltação extrema da personalidade”, que não admite compromissos. O resultado disso é a renúncia do total personalismo a favor de um ente superior: a obediência como virtude suprema dos povos ibéricos, ainda que rarefeita e impraticável. Como princípio político efetivo, esta obediência enseja a vontade de mandar e a disposição de cumprir ordens. A partir destas predições, Holanda exemplifica com os casos das ditaduras e do Santo Ofício o substrato da inclinação à anarquia e à desordem, mercê de uma obediência cega, distinta do sentimento de lealdade do período medieval.

Os princípios da disciplina e da obediência, hoje, parecem algo anacrônico e inalcançável, fato que acarretou a instabilidade permanente da vida social brasileira, porquanto nunca tivemos efetividade quanto ao exercício deste freio. A rigor, assevera Holanda, a despeito de toda a miscigenação, de toda a mistura com os povos autóctones e adventícios, ainda não nos diferenciamos dos “nossos avós de além-mar como gostaríamos de sê-lo”. Ainda somos herdeiros diretos da Península, de Portugal, em especial. De lá herdamos a “forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma”. (Holanda, 1995: 40).

No segundo capítulo do livro *Raízes do Brasil*, intitulado “Trabalho e Aventura”, Sérgio Buarque de Holanda tangenciará o pensamento de Gilberto Freyre, no que concerne à vocação incomum do português colonizador do Brasil. Entretanto, enfatizará, por outro lado, a forma desleixada como os lusitanos realizaram esta empreitada. A partir de construções weberianas do tipo-ideal, como o aventureiro e o trabalhador, este autor dirá que o português foi o colonizador, o desbravador, o aventureiro.

Assim, a colonização da nossa América foi marcada pelo português que ignorou fronteiras; o mundo se lhe apresentava assaz generoso e de enorme amplitude. Ele soube enfrentar os inumeráveis obstáculos que se interpuseram aos seus propósitos ambiciosos. O que lhe importava mesmo era o seu objetivo final, o ponto de chegada, ainda que ignorasse todos os processos intermediários. (cf. Holanda 1995: 44).



Ao longo deste capítulo, o autor de *Raízes do Brasil* enfatizará o âmago do espírito de aventura herdado da Península. O português sempre buscou a riqueza à custa de muita ousadia e de pouco trabalho. A mesma dinâmica que empregou para arrancar as especiarias e metais preciosos da Índia. Há de se considerar que, a empresa agrícola canavieira na América tropical, lastreada em esforços profundos no plantio e no refino do açúcar para o mercado europeu, foi tarefa do trabalho escravo negro.

A saga dos colonizadores no Brasil foi, definitivamente, pela produção agrária. Todos eles queriam extorquir da terra o máximo, sem grandes esforços. Não foi em vão que Holanda, citando Frei Vicente do Salvador, informa que estes queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, “só para a desfrutarem e a deixarem destruída”. (cf. Holanda 1995: 52).

Ainda como decorrência do predomínio do espírito aventureiro e frouxo do colonizador português, Holanda ressalta a ausência sistemática na América portuguesa de qualquer esforço sério de cooperação nas atividades produtoras, como grêmios de oficinas mecânicas, taxa de jornais, exames de competência, descanso dominical e fundações de assistência mútua nas diversas confrarias, exceto algumas destas práticas registradas na colonização do Peru.

A organização dos ofícios na colônia brasileira foi por demais prejudicada pela nefasta herança vinda do reino, nos informa Holanda. Características dominantes como: trabalho escravo em larga escala, indústria caseira que assegurou riqueza aos ricos, pois dificultava o exercício do comércio, além da escassez de artífices livres na maioria das cidades e vilas.

No exercício dos ofícios urbanos, argumenta o pensador paulista, prevalecia o culto aos ganhos fáceis, a exemplo do que já ocorria nos trabalhos rurais. Ademais, poucos indivíduos exerceram uma ocupação a vida toda “sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo”. Prossegue o autor em foco: “ E ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançaria maior grau de estabilidade” (Holanda, 1995: 58-59).

Sérgio Buarque de Holanda adverte que nos faltou, aqui na colonização dos trópicos, uma “capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país”. A exceção a esta regra ficou por conta de motivos de emoção coletiva em torno do culto religioso, como a construção da velha matriz de Iguape, no final do século XVII, onde homens nobres e do povo se ombream para a construção daquele templo, inclusive no exercício de atividades pesadas tais como carregar pedras e areia. (cf. Holanda 1995:60)

A interpretação que podemos tirar quanto a não existência de uma ética permanente do trabalho na colônia, é que as exceções que ele coloca, relativas a outras práticas solidárias, teriam sido muito mais por características culturais dos povos autóctones do que dos colonizadores da Península. O exemplo disso foram os mutirões ou muxirões, práticas nas quais os roceiros se socorrem mutuamente para limpeza de terrenos, plantios, construções de casas, colheitas. Nestas formas de mutirões prevaleceu muito mais entre os indígenas o princípio da “expectativa recíproca” como da animação coletiva influenciada por ceias, danças e outros rituais distintos do “amor ao trabalho”.

É um traço muito forte na obra *Raízes do Brasil* o tema do personalismo herdado da Península em nossa colonização.

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (Holanda. 1995:61).

A par do que até agora fundamentamos com os argumentos de Sérgio Buarque de Holanda, à guisa de sintetizar a essência do seu pensamento em *Raízes do Brasil*, convém apresentar a interpretação do historiador brasileiro José Carlos Reis. Para este autor, referindo-se a Holanda, os portugueses foram inigualáveis quanto à capacidade de adaptação nos trópicos americanos. Aqui, tal argumento se alinha ao pensamento de Gilberto Freyre. Os colonizadores lusitanos misturaram-se à terra, ao gentio, aos negros, empreendendo uma “domínio mole e brando”. Os indivíduos agiam isoladamente. Isto foi a regra. Quando se uniram, se associaram e cooperaram foi por conta de fatores religiosos e não racionais. A fraqueza dos filhos da Península foi a sua fortaleza. Venceram, porque não impuseram a sua forma de ser. A plasticidade foi a senha para o grande feito da colonização.

Reis adverte que os negros somaram-se e engrossaram a espessura desta plasticidade. Acentuaram a tendência à não-cooperação e à não-imposição. Eram motivados por afeições, eram suaves, dengosos, açucarados, sensuais, sedutores, sentimentais, pouco violentos. Eram, marcadamente, anti-sociais. Segundo este pensador, interpretando Holanda, os holandeses fracassaram na colonização dos trópicos por não serem tão plásticos, por serem absolutamente incompatíveis aos trópicos, além de racistas, metódicos e trabalhadores. (cf. Reis 2001:126).

Reis destaca, também que, na vida colonial, a “casa grande” tinha *status* de república, onde, no melhor estilo ibérico, o colonizador aventureiro português se instalou, ampliando o seu domínio de chefe de família com o seu *pater famílias*, também ampliado. Isto significava ser tirânico, sem freios. Fundaram-se e predominavam no seio da sociedade colonial sentimentos próprios de comunidades domésticas, particularistas e sem nenhuma perspectiva de relações políticas saudáveis. Estava inaugurada a primazia do privado sobre o público, da família sobre o Estado.

O pensamento vivo de Sérgio Buarque de Holanda assume proporções contemporâneas ao descrever a transmutação deste *status quo* colonial e rural para o mundo urbano que irá surgir no Brasil imperial, por volta dos anos 1850. A burguesia urbana, simplesmente adotará as práticas e atitudes do patriarcalismo rural, porquanto as nascentes cidades ainda dependiam do mundo rural, e, conseqüentemente, ainda iriam sofrer a sua ditadura. Na ótica de Reis, ao comentar o pensamento de Holanda, acerca deste assunto, convém observar:

No século XIX, as cidades ameaçam romper com a ordem tradicional, mas sem muito sucesso: estão contaminadas pela mentalidade rural. O predomínio do ruralismo foi mais uma influência negativa da colonização portuguesa. Em todo lugar é o contrário que ocorre: o campo é que depende das cidades. Aqui, os portugueses criaram um mundo invertido, onde as cidades eram dominadas pelo campo. E não foi uma imposição do meio, que não agiu como força centrífuga. Foi a maneira e o estilo de colonizar – sem normas imperativas, cedendo às conveniências, sem planejar e construir. Além disso, eles não encontraram metais preciosos, cujo movimento os obrigasse a criar uma administração mais rígida e próxima ( Reis. 2001: 129).

Todos estes atributos configuram o que Sérgio Buarque de Holanda denomina ser o *neoportuguês*: é o ser rural, ser familiar que se desinteressa pelo público porque a ele lhe basta viver na autarquia da “casa grande”, com uma identidade afetiva, marcadamente privada, distante da cidade. A justiça é visceralmente familiar e o poder é o do Pai/Senhor, imperial. À feição da vida familiar são estruturados os partidos políticos – um chefe e os seus asseclas, os seus escravos que lhe devem lealdade incondicional.

Ser *neoportuguês*, segundo Holanda é, ainda, ser portador de uma audácia solta, traço herdado pelas elites brasileiras que parecem não viver no Brasil, parecem estar de passagem para alhures, depois de formarem fortuna fácil aqui. Como infere Reis , ainda hoje as elites brasileiras, a exemplo dos lusitanos colonizadores, não têm a menor idéia nem interesse no planejamento. “Não há uma elaboração antecipada do futuro que se quer construir. Tem-se uma sociedade que se ergue naturalmente, sem vigas e esteios, sem regras gerais, com desleixo e deixe estar”. (Reis, 2001:132).

Em *Raízes do Brasil*, o refinamento metodológico weberiano de Holanda é epidérmico. O Estado, a dominação senhor/súditos, o patrimonialismo, a racionalidade, o manuseio da burocracia surgem como uma bem constituída urdidura desses conceitos na narrativa história da colonização empreendida pelos descendentes diretos da Península. Se o estado não é um prolongamento da família, se nele habita o cidadão, o indivíduo público, com direitos e deveres, no Brasil *neoportuguês* a família é mais forte do que o estado e, assim, o captura e controla. A família impede que haja uma separação entre a esfera pública e a privada.

No estado patrimonial *neoportuguês* a gestão pública é assunto de interesse privado das famílias. O exercício das funções dos funcionários e servidores do Estado assume conotação essencialmente pessoal: perseguem, privilegiam, emperram e promovem. O recrutamento deles ainda depende muito da confiança pessoal e bem menos da meritocracia.

Quando se refere à alma ibérica, Sérgio Buarque de Holanda qualificará o *neoportuguês* colonizador como sendo o “homem cordial” que ainda perdura: hospitaleiro ou agressivo; amigável ou hostil, generoso ou mesquinho, amigo eterno ou inimigo ferrenho. Trata desconhecidos fraternalmente, quer sejam amigos, parentes, escravos e agregados. O homem cordial busca a intimidade, principalmente com autoridades, não suporta as distâncias e esta conduta (do homem cordial), se expressa na religião, pois se torna íntimo de Cristo e dos santos; no relacionamento com os seus superiores gosta de

autoproclamar-se discípulo, seguidor, fiel. O homem cordial é por demais avesso a acatar ordens coletivas e impessoais, legais. Tem um perfil individualista e, sobretudo, indisciplinado. (cf. Reis 2001: 134).

#### **4- Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda: olhares para a revolução brasileira e o Brasil Contemporâneo**

No segmento final deste artigo, após termos traçado um resumo dos pensamentos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda acerca das influências positivas ou negativas dos povos da península que colonizaram o Brasil, buscaremos, agora, apresentar o que ambos os autores projetaram no final de suas obras para este país continente.

Nesta perspectiva, o intelectual de Apipucos declara uma forte admiração pelo português colonizador. Para ele, isso deveria encher de orgulho os brasileiros, porque os nossos ancestrais ibéricos criaram uma civilização original tropical, cujo único pecado teria sido o modelo econômico calcado na monocultura escravista.

Freyre teria exorcizado as teses raciais derrotistas do final do século XIX que insinuavam a impureza da história nacional e que comprometiam o futuro do Brasil, em plenos anos trinta. A sua interpretação teria feito norte-americanos e europeus, no pós-1945, perceberem que a nossa história foi bem-sucedida no que concerne à assimilação racial, “graças às predisposições psicológicas, históricas e raciais do português”. Para Freyre, o português colonizador teria sido “ao mesmo tempo europeu, africano e semita, móvel, adaptável, sem orgulho de raça” (Reis, 2001:69).

O ensaísta pernambucano, no entender de Reis resalta que, além de terem ampliado a extensão territorial do Brasil para o Oeste,

A colonização portuguesa feita caracteriza-se pelo domínio exclusivo da família rural. O sujeito da colonização portuguesa foi o indivíduo e a sua família, em sua unidade produtiva, semeando o solo e desbravando o território. A força social que se desdobrou em política, constituindo-se na aristocracia rural mais poderosa da América. Sobre ela o rei reina sem governar. A casa grande é o seu palácio rural. Ela venceu a igreja em seus impulsos de ser dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando o Brasil quase sozinho. Ele é o verdadeiro dono do Brasil, mais do que os vice-reis e bispos. Era o dono das terras e da população. (Reis. 2001: 71).

O que Gilberto Freyre projetou para o Brasil do futuro em termos de uma democracia política? Neste aspecto, vislumbrou cenários bastante ambíguos. Parte do princípio de que o brasileiro mestiço não é fruto de uma relação humana entre etnias e culturas distintas, mas, filho de um estupro, encetado pelo colonizador português armado de espada e terço e que submeteu ao seu poderio índios e negros. O sociólogo pernambucano admite que o próprio escravo aceitou pacificamente esta relação sadomasoquista sexual e pessoal.

O senhor colonizador e bruto, eivado de poder absoluto sobre a natureza e os homens a ele submetidos agiu de forma sádica sobre o escravo masoquista. Este deveria aceitar a “genesia violenta” do colonizador, podendo encontrar um inconfessado prazer. “A relação senhor/escravo é uma relação sadomasoquista, isto é, uma relação de prazer sexual e até afetuosa, com violência”. (Reis, 2001:76).

A partir dessa relação, Freyre esvaziará, por completo, a possibilidade da democracia política no Brasil, porquanto o seu povo, filho daquela relação aprecia o mandonismo, “gosta do dono bravo”, de um “governo másculo” e “corajosamente autocrático”. Portanto, Freyre propugna para o Brasil um regime político adequado ao povo filho da relação sodomasaquista, qual seja, uma ditadura vigorosa, “máscula e vigorosa”. Assim, “o ditador será aclamado, idolatrado, amado, e quanto mais severo mais prazer trará a esta população filha do prazer-com-violência” (Reis, 2001: 76).

O que, de fato, almeja Freyre para o Brasil contemporâneo? Muito pouco, nos responde Reis. Para este crítico, Freyre prefere a continuidade lastreada no seu heráldico passado à mudança efetiva; privilegia uma identidade brasileira consolidada na tradição, a mistura de raças e culturas amalgamadas sob a liderança dos colonizadores filhos da Península Ibérica. E mais, o Brasil é complexo em sua temporalidade: “tão velho e tão novo, tão conservador e tão liberal, tão ligado ao seu passado e tão pouco resistente a experiências novas” (Reis, 2001:81).

A leitura atenta de *Casa Grande & Senzala* nos conduz a uma reflexão interessante: Freyre foi no máximo um reformista. O que ele abominou, efetivamente, foi a instituição da monocultura. O Brasil terá um futuro promissor, aberto, desde que seja muito atento ao seu passado. Desde que avance preservando a continuidade sedimentada por sua história de contradições e convivências sociais. Desde que mantenha a estratégia genuína, oriunda da Península: o processo do “bambo equilíbrio de antagonismos”.

Se a obra de Gilberto Freyre é parcimoniosa em termos de projeção de futuro para o Brasil, o que dizer de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*? Convém assinalar, de saída, que a senha do atraso, do subdesenvolvimento, da deformação social de origem é relacionada a uma expressão recorrente no livro em foco: ser *neoportuguês*. Para superação desta “pecha”, a revolução brasileira, segundo Holanda deveria acontecer quando nos tornássemos “pós-portugueses”. O ser *neoportuguês* é a nossa raiz ibérica que dificulta nos tornarmos uma “nação moderna, racional na administração e na produção econômica e nas relações sociais” (Reis, 2001:125). Queiramos ou não, acentua Sérgio Buarque de Holanda, estamos umbilicalmente ligados a Portugal e temos uma alma e uma cultura comum.

Em vista deste quadro, qual foi a receita propugnada por Holanda para superá-lo? A intermitente revolução brasileira ocorreu com a vinda da família real, com a abolição do tráfico, a imigração, o fim da Guerra do Paraguai e com o advento da República. Mais tarde, a revolução de 30. O epicentro das mudanças será sempre nas cidades. O sentido da revolução será o embotamento das nossas raízes ibéricas e a adoção de um ambíguo estilo “americano”, uma sociedade urbana, capitalista, com atores racionais e modernos, produtivos, cosmopolitas convivendo no mundo dos direitos e não dos privilégios.

A revolução social no Brasil só seria plena com a liquidação dos fundamentos personalistas e aristocráticos provindos da Península. Estaria, assim, a nossa revolução num processo permanente traduzido pelo velho que estaria morrendo brigando com o novo que luta para nascer. Sérgio Buarque recomenda a premente revolução vertical que traga à tona novos métodos de convivência social. (cf. Reis 2001:137). Uma revolução,

ao que tudo parece, intermitente, lenta, no tempo de espera do *deixa estar*, ainda ensopada pelo “equilíbrio dos antagonismos” freyriano, mas que se amplia no horizonte de forma otimista.

## 5. Referências

Abreu, J. Capistrano de, (1998, [Edição não especificada]): *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal

Freyre, Gilberto, (1978, [19ª edição brasileira]): *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Editor José Olympio

Holanda, Sérgio Buarque de, (1995, [26ª edição]): *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras

Lemenhe, Maria Auxiliadora, (2000). “Boa semente, bons frutos? Portugal e os portugueses no pensamento social brasileiro” in Maria Sulamita Vieira: *Revista de Ciências Sociais*, número 2, volume 31, páginas 25-39. ISSN.BL 0041-8862

Reis, José Carlos, (2001, [4ª edição]): *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV.



